

ACESSIBILIDADE DE EMBARCAÇÃO PARA O PÚBLICO DE TERCEIRA IDADE NAS PISCINAS NATURAIS DO SEIXAS, JOÃO PESSOA-PB.

Gabriela Patrício Diniz Evangelista¹
Jerônimo Nascimento Bulcão²
Felipe Gomes do Nascimento³
Elídio Vanzella⁴

RESUMO

O envelhecimento vem tornando-se um fenômeno global, uma vez que houve um significativo aumento nos indicadores do aumento da expectativa de vida ao mesmo tempo em que houve uma redução na taxa de natalidade. Além disso, os idosos vêm apresentando melhores condições de vida e têm se mantido mais ativos e à procura de novas experiências como a busca por viagens, uma forma de conhecer e desfrutar de atividades diferentes do seu cotidiano. Dentre essas atividades, o ecoturismo em ambientes recifais tem apresentado-se como uma alternativa para esse público. Contudo, esse tipo de turismo envolve deslocamentos dos visitantes para áreas naturais, que por sua vez podem ser feito por diversos meios de transportes aquaviários, dentre eles, embarcações. Quando a embarcação for deste tipo, as questões de acessibilidade são imperativas, a fim de evitar problemas no traslado, pois o público de terceira idade possui necessidades de mobilidade que necessitam ser atendidas. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi realizar uma avaliação da estrutura física de uma determinada embarcação que realiza passeios para as piscinas naturais da praia do Seixas em João Pessoa, Estado da Paraíba, visando verificar se a embarcação atende às normas de acessibilidade estabelecidas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 15450:2006. Para tanto procedeu-se a uma pesquisa descritiva, qualitativa sobre estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, documental, e aplicação de um *check list*. Os resultados demonstram que a embarcação estudada atende parcialmente às condições de acessibilidade, carecendo de adequações para atender ao público da terceira idade.

Palavras-chave: Terceira Idade, Acessibilidade, Piscinas Naturais, Embarcações.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento vem tornando-se um fenômeno global, uma vez que houve uma significativa redução nas taxas de natalidade, onde um grande percentual de famílias da atualidade opta por ter um número menor de filhos, bem como um aumento da perspectiva de vida da população adulta, haja vista que esses indivíduos atualmente vem redobrando os

¹ Graduada pelo Curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, membro do GCET, gabrielapdevangelista@outlook.com;

² Graduated pelo Curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, membro do GCET nascimentobulcao@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, membro do GCET felipegomes.14@hotmail.com ;

⁴ Professor orientador: Doutor pela Universidade Federal da Paraíba, docente da UNIFUTURO/PB e vice-líder do GCET, elidiovanzella@gmail.com

cuidados com a saúde, buscando hábitos alimentares mais saudáveis, prática de exercícios físicos com regularidade, além dos avanços tecnológicos nas áreas da medicina que contribuem de forma direta para o aumento dessa perspectiva de vida.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, esse público tem crescido notavelmente em todo o mundo e em especial no Brasil (LEAL e HAAS, 2006). Nesse contexto, prevê-se um aumento no número de pessoas da terceira idade, em um intervalo de 2012 a 2022, de mais de 4% ao ano, o que representa um acréscimo bastante expressivo. A população de pessoas com idade acima dos 60 anos passou de 14,2 milhões no ano de 2000 para 19,6 milhões no ano de 2010, sendo assim, estima-se que para o ano de 2030 essa população atingirá a marca de 41,5 milhões de pessoas acima dessa idade, e que quase duplicará no ano de 2060, atingindo a marca dos 73,5 milhões de habitantes com idade superior aos 60 anos (BORGES, CAMPOS e SILVA, 2015).

É notório que o público da terceira idade da atualidade, em grande parte, possui melhores condições de vida, tendo mais acesso aos serviços de saúde e às atividades de lazer. O envelhecimento populacional causa impacto direto em todos os setores da sociedade e em especial no setor turístico (AGUIAR, SANTOS e SILVA, 2013).

Segundo Melo e Brambilla (2018), o setor turístico tem investido nesse novo segmento e tem buscado aprimorar seus produtos e serviços, analisando os principais interesses, desejos e necessidades do público da terceira idade a fim de ofertar serviços turísticos que atendam a todas as suas peculiaridades, pois o mesmo tem buscado experiências diferentes do seu lugar de morada, bem como conhecer e desfrutar de atividades diferentes do seu cotidiano, sendo assim o turismo aparece como uma oportunidade para esse público, haja vista que esta atividade pode proporcionar-lhes experiências diferentes das que estão acostumados, como por exemplo: conhecer novos lugares, descobrir novos sabores e familiarizar-se com outras culturas.

Dentre essas atividades turísticas, o ecoturismo surge como uma opção de turismo para esse público, uma vez que o mesmo promove contato direto dos turistas com a natureza. Dentre as diversas atividades desenvolvidas no âmbito do ecoturismo, destacam-se aquelas que envolvem deslocamentos dos visitantes para áreas naturais aquáticas que fazem uso de transportes aquaviários, a exemplo das embarcações. Quando o transporte envolve esse tipo de embarcação a atenção voltada à acessibilidade deve ser redobrada, a fim de evitar problemas no embarque, durante o trajeto e no desembarque do público em geral e mais ainda do público da terceira idade que geralmente possui necessidades específicas de mobilidade que precisam ser atendidas. Nesse caso a norma que rege a acessibilidade nas embarcações é a ABNT

(Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 15450:2006 que define a acessibilidade no sistema de transporte aquaviário como “possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, comunicação e informação no sistema de transporte aquaviário” (ABNT, p.2, 2006).

Seguindo essa lógica, o trabalho justifica-se pela importância de conhecer como as embarcações que realizam passeio estão em consenso no que diz respeito ao atendimento das normas regulamentadoras para adequação ao público da terceira idade, que realiza passeios para as piscinas naturais do Seixas, onde se teve por objetivo realizar uma avaliação da estrutura física de uma embarcação que realiza passeios para as Piscinas Naturais da praia do Seixas em João Pessoa, Estado da Paraíba, além de verificar se a embarcação atende às normas de acessibilidade estabelecidas na ABNT NBR 15450:2006.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em uma embarcação que faz passeios náuticos para as Piscinas Naturais do Seixas, localizadas entre as praias do Seixas e da Penha, ambas estão a cerca de 700 metros da costa do Litoral Sul de João Pessoa, capital da Paraíba (MELO, *et al.*, 2014).

O estudo caracterizou-se por uma pesquisa descritiva, qualitativa, bibliográfica, documental sobre um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em livros, sites da internet, revistas e periódicos acadêmicos, objetivando conhecer como o tema tem sido abordado na literatura.

Para a coleta de dados foi elaborado um *check list*, baseando-se nas normas da ABNT NBR 15450:2006 que regulamenta a acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário. O *check list* contemplou questões referentes à acessibilidade de uma embarcação no que tange às estruturas de acesso externo até a embarcação e acesso interno dentro da mesma.

O *check list* foi aplicado no mês de maio de 2019 e para melhor fundamentar o estudo, foram feitos registros fotográficos com o intuito de verificar e registrar a existência ou não de acessibilidade para turistas com idade acima dos 60 anos na embarcação que leva esses turistas até as Piscinas Naturais do Seixas.

DESENVOLVIMENTO

O envelhecimento populacional representa uma vitória da humanidade, mas ao mesmo tempo traz consigo uma série de desafios inerentes para essa população, considerando que esses indivíduos possam vir a fazer parte novamente de uma vida conjunta com os modos de vida em comunidade, no entanto, para que ocorra essa inclusão no meio social, é necessário que a sociedade os acolha e respeitem seus direitos. O envelhecimento deve ser encarado como algo natural da vida do ser humano, sendo assim, é preciso chamar a atenção da sociedade e do poder público para que em conjunto se possam promover ações tanto de políticas públicas como do setor privado que atenda às necessidades desses indivíduos de forma a fazê-los sentirem-se úteis, produtivos e aceitos (FROMER e VIEIRA, 2003).

Nesse prisma, a população idosa dos dias atuais dispõe de saúde e maior vigor físico, além disso, por encontrarem-se já aposentados, lhes sobra mais tempo disponível para assim, planejarem e realizarem atividades de lazer. Nesse argumento, ressalta-se a necessidade de uma boa infraestrutura para atender às necessidades dos turistas idosos e, como meio de contribuir com essa melhoria, os atrativos turísticos precisam de planejamento e desenvolvimento visando atender toda a população e, em especial o público da terceira idade (COUTINHO, VANZELLA, BRAMBILLA, 2018).

Dito isso, os profissionais que atuam nessa atividade precisam estar atentos e bem preparados para receber, cuidar e atender a qualquer necessidade que esse público venha a ter, e em especial as necessidades de acessibilidade nos locais turísticos, tais como em edificações, mobiliários, nos meios de transportes tanto públicos como privados, sejam eles aéreos, terrestres ou aquaviário, com sinalização adequada em lugares que ofereçam risco e insegurança de quedas, bem como na comunicação, entre outros, assegurando-lhes o direito de ir e vir com autonomia e segurança. Esses indivíduos têm buscado cada dia mais pela prática turística, sendo assim, uma diversidade de tipologias de turismo tem sido considerada como uma alternativa para esse público, dentre elas o ecoturismo, que de acordo com Dale (2005, p.3), “representa hoje, então, bem mais que uma opção técnica em como se explorar turisticamente os recursos naturais. Em alguns casos, presentes pelo mundo todo, o ecoturismo passou a ser um estilo de vida, e não apenas uma boa forma de ganhar a vida”.

O objetivo do ecoturismo é garantir que a relação de interação entre o ser humano e o meio ambiente, possa ser estabelecida de forma harmônica, na qual haja uma reflexão para exploração dos recursos naturais. Constitui-se como tripé deste segmento, a preservação ecossistêmica, o fomento na promoção da educação ambiental e os benefícios diretos para as comunidades receptoras (NEIMAN e RABINOVICI, 2010).

O ecoturismo pode ser representado por diversas formas de turismo realizados na natureza, dentre elas a visitação a ambientes recifais que podem ser caracterizados como um ambiente formado por um conjunto de organismos marinhos, entre eles: hidróides calcários, algas calcárias, moluscos gastrópodes vermetídeos, corais, por meio da dispersão de carbonato de cálcio (MELO, LINS E ELOY, 2014).

Segundo Melo *et al* (2006), um grande número de turistas busca conhecer a biodiversidade marinha existentes nos ambientais recifais, promovendo geração de receita significativo para as economias dos países onde este tipo de atividade é promovido.

A visitação desses ambientes pode ser realizada por diversos meios de transportes aquaviário, dentre eles as embarcações náuticas que são edificações inscritas na autoridade marítima competente e que possuem o direito de se locomover na água.

Esses tipos de embarcação por realizarem o deslocamento das pessoas dispõem de uma gama de serviços e estrutura para atender aos turistas, dessa forma, os responsáveis necessitam estar de acordo com as leis vigentes, tendo em vista que essas embarcações transportam um público heterogêneo e que demanda atenções específicas. Particularmente, tratando-se do público da terceira idade, esses meios de transporte precisam estar atentos a especificidade desse público, tendo em vista que o mesmo possui mobilidade reduzida e precisa de apoio para executar algumas atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, abrange uma série de atrativos turísticos para o público da terceira idade, como por exemplo, as Piscinas Naturais, em especial as Piscinas Naturais do Seixas que ficam localizadas entre a praia do Seixas e da Penha, que possuem uma diversidade de peixes e corais coloridos que constituem um grande atrativo turístico.

O turismo nessa localidade tem aumentado e a demanda por essa visita tem sido crescente, por isso, esse estudo focou nos passeios realizados por embarcações nessas Piscinas que se localizam a 700 metros do município de João Pessoa, PB. As Piscinas Naturais do Seixas possuem locais mais rasos e outros mais fundos ficando entre 50 a 1,50 cm quando a maré se encontra em baixa e entre 3 a 6 metros quando a mesma se encontra em alta (MELO, 2014).

Cabe mencionar, que as Piscinas Naturais do Seixas estão localizadas em uma Unidade de Conservação (UC), mais especificamente em uma Área de Proteção Ambiental (APA)

denominada de Parque Estadual Marinho do Náufrago Queimado, instituída a partir do Decreto 38.981 de 28 de dezembro de 2018 na cidade João Pessoa –PB (SUDEMA, 2019).

O passeio é oferecido todos os dias da semana, dependendo da altura da maré, que por sua vez, pode ser consultada pela tábua de maré disponibilizada pelos responsáveis da embarcação. O valor apresenta uma flutuação, sendo cobrado uma taxa no valor de R\$ 20,00 na baixa estação e R\$ 40,00 na alta. A embarcação oferece serviço de bar, na qual podem ser consumidos aperitivos e bebidas, serviço de fotografia subaquática e equipamentos para mergulho e caiaque.

Figura 1: Piscinas Naturais do Seixas



Fonte: autores, 2019.

A aplicação do *check list* teve início na entrada que dá acesso para a praia onde ficam as embarcações, e assim, pôde-se averiguar a existência de calçada em toda a parte externa que dá acesso à entrada da areia na praia de Tambaú, local de encontro dos turistas com os responsáveis pelo passeio. Foi possível também observar que a calçada encontra-se em boas condições, onde a mesma possui largura adequada com piso trepidante e antiderrapante, além de guias rebaixadas que permitem o acesso de um idoso cadeirante. Além disso, verificou-se a existência de estacionamento em frente ao local de acesso para o embarque com vagas reservadas para o público preferencial, assegurando-lhes autonomia e segurança em conformidade com a NBR 9050:2015.

Figura 2: Calçada.



Fonte: autores, 2019.

Figura 3: Estacionamento.



Fonte: autores, 2019.

Figura 4: Acesso da praia até a embarcação.



Fonte: autores, 2019.

Figura 5: Acesso da praia até a embarcação.



Fonte: autores, 2019.

No que se refere ao acesso por escada até o interior da embarcação, observou-se a inexistência de píer ou cais para acesso à embarcação, já que a mesma fica no mar e sua entrada ocorre por meio de duas escadas, sendo uma de cada lado, ambas com corrimão, mas são íngremes e altas até a chegada do primeiro degrau, exigindo assim, força para subir até a parte interna do barco, e, portanto, não atende à norma NBR 15450:2006, conforme pode ser visto na figura 6.

Figura 6: Escada de acesso à embarcação.



Fonte: autores, 2019.

Em relação à parte interna da embarcação, a mesma possui dois pavimentos, distribuídos em 115,5 metros de área e capacidade para até 200 passageiros, no entanto, para não haver uma sobrecarga na embarcação nem causar desconforto, o passeio é realizado com no máximo 180 passageiros, onde o acesso ao piso superior ocorre por meio de uma escada íngreme, porém com corrimão e marcação na ponta de cada degrau (figura 7). Sendo assim, oferece parcialmente segurança e autonomia ao público da terceira idade, uma vez que se esse idoso for cadeirante ou tiver mobilidade reduzida, torna-se inviável seu acesso ao pavimento superior (figura 8).

Figura 7: Escada de acesso ao pavimento superior.



Fonte: autores, 2019.

Figura 8: Pavimento superior.



Fonte: autores, 2019.

No que diz respeito ao piso da embarcação, tanto o piso do primeiro pavimento quanto o do segundo são firmes, lisos, estáveis, foscos, antitrepicante e antiderrapantes, atendendo às normas regulamentadoras de embarcações a NBR 15450:2006.

Figura 9: Piso da embarcação.



Fonte: autores, 2019.

No que se refere aos banheiros, constatou-se a existência de dois, um feminino e outro masculino, ambos em rota acessível para pessoas com mobilidade reduzida como idosos e pessoas com deficiência. Verificou-se que a largura da porta tem menos de 80 cm, tornando assim, o acesso inviável para um idoso cadeirante, bem como a inexistência do espaço para que um usuário de cadeira de rodas possa se movimentar com a cadeira dentro do banheiro.

As alturas dos vasos sanitários e das pias para lavar as mãos estão adequadas para um idoso cadeirante, contudo, não foi constatada a presença de barras de apoio. A maçaneta da porta também não possui formato de fácil pega recomendada pelas normas técnicas, exigindo firmeza e força nas mãos para seu acionamento. Sendo assim, os banheiros atendem parcialmente às normas de acessibilidade.

Figura 10: Banheiro feminino.



Fonte: autores, 2019.

Figura 11: Banheiro masculino.



Fonte: autores, 2019.

Figura 12: Banheiro internamente.



Fonte: autores, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Décadas atrás o público da terceira idade era visto como formado por pessoas improdutivas e incapazes de convívio em sociedade, sendo, muitas vezes, separados do convívio social e de uma vida ativa e produtiva.

Entretanto o aumento do número de pessoas com idade acima dos 60 anos na atualidade, além das constantes mudanças no modo de vida desse público, mostra que a idade não é um fator limitante, uma vez que, esse público possui necessidades e desejos particulares e nesse sentido também quer ter uma vida social intensa e participativa.

Nessa ótica, o turismo aparece como oportunidade de lazer, e dentre os tipos de turismo, que vem ganhando destaque têm-se os passeios náuticos como uma prática junto à natureza. Mas, para isso, torna-se imprescindível adotar algumas ações voltadas às necessidades específicas dos idosos, especialmente no que tange à acessibilidade, considerando que nem todos os idosos chegam nessa fase da vida sem nenhum comprometimento físico.

A cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, possui praias de águas mornas e cristalinas, proporcionando um cenário propício à visitação turística, e em especial as praias que possuem as Piscinas Naturais como é o caso das Piscinas Naturais do Seixas, localizada entre as praias do Seixas e da Penha, tornando-se assim, uma ótima opção para esse segmento que busca por novas experiências e atividades que lhes proporcionem lazer e bem-estar.

Mediante o exposto neste estudo, pôde-se observar que a embarcação analisada apresenta algumas dificuldades de acesso para pessoas acima dos 60 anos, uma vez que o acesso até o interior da embarcação é difícil e pouco acessível para essas pessoas da terceira idade, embora haja uma escada com corrimão a mesma é alta e exige força para a chegada até o

primeiro degrau e depois até o final. Nesse sentido, a inexistência de um cais ou um píer para facilitar a transferência desse público para a embarcação acaba por impossibilitar o passeio para algumas pessoas com maior dificuldade de locomoção. Desse modo, essa embarcação analisada oferece parcialmente autonomia e segurança aos idosos e até mesmo a pessoas de outras faixas etárias que apresentam algum problema de mobilidade temporária ou permanente.

Nesse cenário, espera-se que esse estudo possa contribuir para que os responsáveis discutam junto com o *trade* turístico e o setor público, medidas que venham viabilizar as adequações de acessibilidade nessas embarcações para que não somente as pessoas acima dos 60 anos com mobilidade reduzida ou com deficiência permanente ou temporária, mas todas as pessoas em geral que tenham necessidades específicas possam usufruir deste tipo de passeio.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15450:2006. **Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário.** Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

AGUIAR, R.A.; SANTOS, E. F.; SILVA, L.A.G. **Envelhecimento Populacional: O Impacto Social e Psicológico da Capacidade Funcional e Autonomia na Longevidade.** 16 ed. – Garça, SP. Faef, 2011. Disponível em: <<http://www.faef.revista.inf.br/site/a/613-envelhecimento-populacional-o-impacto-social-e-psicologico-da-capacidade-funcional-e-autonomia-na-longevidade.html>> Acesso em: 15 de maio de 2019.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M.; B; SILVA, L. G. D. C. **Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas.** In: R. ERVATTI, G. M.; BORGES, A. P.; **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI. Subsídios para as projeções da população.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Náutico: orientações básicas.** –3. ed.– Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

COUTINHO, D.H.G.; VANZELLA, E. BRAMBILLA, A. **O Verão Acessível Como Atrativo Turístico para Cadeirantes Na Cidade De João Pessoa.** In: VANZELLA, E. BRAMBILLA, A.; SILVA, M.F. **Turismo e Hotelaria no Contexto da Acessibilidade.** João Pessoa, PB: CCTA, 2018.

DALE, P. **Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem?** In: MENDONÇA, R. NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil.** – Barueri, SP: Manole, 2005.

DEBEUS, G.; CRISPIM, M.; **O Turismo Nas Piscinas Naturais De Picãozinho, João Pessoa, PB – Percepções, Conflitos E Alternativas.** **Revista de estudos ambientais.** v.10, n. 1, p. 21-32, jan./jun. 2008.

FROMER, N.; VIEIRA, D.D. **Turismo e terceira idade**. São Paulo: Aleph, 2003.

LEAL, I.J. E HAAS, A.N. O significado da dança na terceira idade. **RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, 64-71 - jan./jun. 2006

MELO, P. F. BRAMBILLA, A. Segmento sol e praia: condições de acessibilidade para pessoas da terceira idade nas praias do litoral de João Pessoa. **Academia Edu**. Disponível em: <<https://independent.academia.edu/GCETUFPB>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

MELO, R.; LINS, R.P.M.; ELO, C.C.; O Impacto do Turismo em Ambientes Recifais: Caso Praia Seixas-Penha, Paraíba, Brasil. **Revista Eletrônica do Prodepa**, v.8, n.1, p. 67-83, abr. 2014.

MELO, R.S.; CRISPIM, M.C.; LIMA, E.R.V.; NISHIDA, A.K. Estimativa da capacidade de carga recreativa dos ambientes recifais da Praia do Seixas (Paraíba - Brasil). **Turismo - Visão e Ação** - vol. 8 - n.3 p. 411-422 set. /dez. 2006.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. – Barueri, SP: Manole, 2010.

PIRES, P. S. **Turismo e Meio Ambiente: Relação de Interdependência**. In: PHILIPPI JR, A. RUSCHAMNN, D. V. M. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 1 ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

POLES, G.; RABINOVICI, A. **O ambientalíssimo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável**. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. – Barueri, SP: Manole, 2010.

RUSCHANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. 11 ed. Campinas: Papirus, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (SUDEMA). **Unidade de Conservação Queimado**. Disponível em: <http://sudema.pb.gov.br/unidades-de-conservacao-1/unidade-de-conservacao-queimado>. Acesso em 20 de maio de 2019.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri:SP, Manole, 2014.